



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTROLE, CONTABILIDADE E REDES DE CONTATO

Karoline Almeida Cavalcanti¹; Rosenery Loureiro Lourenço²

Bolsista PIBIC–UEMS/FUNDECT, MS, Brasil¹ – UEMS – karol-cavalcanti@hotmail.com
Professora Orientadora UEMS² – UEMS - rosenery@uems.br

RESUMO

Alguns estudos tem observado que as MPE normalmente dispensam o controle e pouco se utilizam dos relatórios contábeis, no entanto a teoria destaca que a contabilidade gerencial cabe inclusive neste porte de empresa. A ausência ou deficiência de controle em MPE é um dos fatores que contribui para sua extinção, e em contrapartida, uma gestão eficiente corrobora para o seu estabelecimento e impacto local. Visto que as MPE assumem tamanha importância na economia e são agentes relevantes para o desenvolvimento local, a questão de pesquisa que norteia esse estudo é “Que elementos de controle e contabilidade gerencial, presentes em MPE pontaporanenses, favorecem o desenvolvimento local?”. Esta pesquisa quantitativa e descritiva com amostragem não probabilística composta por 23 empresas teve seus dados coletados por meio de questionário. Os resultados indicam que de forma geral as empresas estudadas apresentam variáveis fundamentais ao controle gerencial, à contabilidade gerencial e, por conseguinte ao desenvolvimento local. Um fator limitante para a pesquisa foi o acesso a outras empresas, o que não permite generalizações às demais MPE de Ponta Porã.

Palavras-chave: Controle; Contabilidade Gerencial; Desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

Atualmente micro e pequenas empresas (MPE) brasileiras tem recebido amplo destaque das discussões do meio empresarial e científico, pois segundo estudos do IBGE elas representam 99% das empresas brasileiras e correspondem a 60% dos empregos no território

nacional. Com isso é importante destacar que um aspecto fundamental para a continuidade de uma empresa, especialmente as MPE, é sua forma de gestão e controle.

Figueiredo e Caggiano (1992) destacam que o propósito do controle é assegurar que as atividades da empresa se mantenham de acordo com o planejado. O controle está intimamente ligado com a tomada de decisões. É salutar que haja controle gerencial para implementar os alvos estratégicos estabelecidos e controle operacional para assegurar o desempenho eficiente de determinadas tarefas.

No ambiente de negócios, além do controle gerencial as MPE necessitam da contabilidade gerencial, pois é ela que comunica informações que auxiliam os gestores nas decisões proporcionando os recursos para a execução das atividades de controle. A adequada utilização do controle e da contabilidade por parte das MPE independe de seu porte e pode ser um recurso poderoso em prol da longevidade da empresa (PADOVEZE, 2010; ANTONY; GOVINDARAJAN, 2008), sendo que elas podem contar ainda com sua rede de contatos para serem agentes efetivos do desenvolvimento local (MULS, 2008).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo classifica-se como descritivo quanto aos objetivos, como levantamento quanto aos procedimentos de coleta, e quantitativo no que se refere à abordagem (COOPER; SCHINDLER, 2003). A amostra composta por 23 empresas foi não probabilística, extraída por método intencional de população de 360 empresas listadas pela associação comercial de Ponta Porã. O instrumento de coleta foi um questionário disponibilizado, com questões fechadas e abertas, estruturado conforme Lakatos e Marconi (2003). Os dados obtidos foram analisados por meio de análise estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Maior parcela da amostra apontou o proprietário do negócio como responsável pela gestão administrativa e financeira na entidade. Com relação a gestão de atividades operacionais, apenas 3 das empresas declararam não possuir uma pessoa responsável pela atividade, 2 relataram haver a presença de um responsável pela atividade operacional apenas para algumas atividades. As demais possuem um responsável pela atividade operacional.

Para Maximiano (2011) a simples presença de um chefe caracteriza controle formal, sendo assim as empresas que compõem a amostra atendem esse requisito inicial, isto é,

possuem controle formalizado. Dentro do controle gerencial, também se buscou identificar o comportamento das empresas quanto: estratégia, planejamento, acompanhamento das ações e detecção de erros.

Sobre a existência de estratégia de negócio, as empresas afirmam, em média, possuir estratégia de negócio claramente definida. Quanto ao planejamento, diante de questões sobre a existência de planejamento na empresa, como é realizado (escrito ou não), e ainda como são repassadas as informações do que é planejado, observou-se que as empresas realizam planejamento. Aquelas que fazem por escrito o fazem para curto e longo prazo.

As empresas dão importância à comunicação do que é planejado e as reuniões são os principais mecanismos para essa comunicação. De acordo com Antony e Govindarajan (2008) uma das atividades essenciais para a efetivação do controle é a comunicação do que é planejado. Nesse sentido, apenas uma empresa quebra o requisito para a existência de controle gerencial, pois não comunica o que planeja.

As empresas afirmaram possuir (média de 3,96 e desvio padrão de 1,1) uma pessoa responsável para o acompanhamento do que é planejado e das metas estabelecidas. Com relação a como são repassadas para os funcionários informações sobre a realização de tarefas, os dados mostraram que em 10 empresas existe treinamento dentro da empresa; 16 empresas utilizam-se de orientações gerais do gerente e acompanhamento da execução da tarefa, 3 delas ainda optam por instruções por escrito; 1 das empresas realiza treinamento fora (as empresas podiam selecionar mais de uma opção)

Quanto à identificação de erros na execução das atividades quando decorrentes por vezes seguidas por um funcionário, as ações corretivas apresentadas pela maioria das empresas foram várias conversas com o responsável da área buscando corrigir o comportamento; 4 empresas utilizam como forma de correção advertência por escrito ou pessoalmente; 3 das entidades informaram que tendo havido algumas medidas de correção, se o erro persistir muda-se o funcionário de atividade. Apenas uma das empresas encara a demissão como fator único de correção ao erro. Para outras 2 empresas a demissão ocorre caso as medidas tomadas para correção do erro não tenham sido eficazes.

Diante dos tópicos acima observa-se que as empresas fazem o controle das atividades para que sejam realizadas conforme os planos e metas da entidade. Segundo Antony e Govindarajan (2008) o controle gerencial situa-se entre a formulação de estratégias e o

controle de tarefas, sendo ambos os processos elementares para o controle gerencial. Para os autores controlar as atividades leva a garantia de que se executem com eficiência.

No que concerne à contabilidade gerencial, procurou-se detectar questões a respeito do recebimento e da utilidade das informações presentes nos relatórios contábeis nas entidades. Seis empresas declararam receber os informativos oficiais mensalmente, 15 das empresas estudadas recebem os relatórios sempre que solicitam e duas empresas afirmaram que nunca recebem as demonstrações contábeis da empresa contábil que as assessora.

Questionou-se, se os relatórios contábeis (BP, DRE, DFC) na forma em que são recebidos da contabilidade são úteis para a empresa, dez empresas responderam que tais relatórios são parcialmente úteis para as decisões tomadas na empresa, outras dez responderam que os mesmos são completamente úteis, e outras três afirmaram os relatórios recebidos da contabilidade não são úteis para a tomada de decisões.

Quanto a finalidade dada aos números presentes nas demonstrações durante o processo de tomada de decisões, apenas uma empresa declarou que faz todo o controle necessário a partir do sistema de controle da própria empresa, não se utilizando dos relatórios contábeis para isso. Dez empresas utilizam as informações presentes nas demonstrações para controlar estoques de serviços e produtos, oito empresas utilizam as informações para determinar os preços de venda, nove empresas fazem investimentos a partir dos dados constantes nos relatórios e nove empresas utilizam os relatórios para reduzir o custo das mercadorias que comercializam (as empresas podiam selecionar finalidades múltiplas).

Estes achados mostram que as empresas têm em mãos dados da contabilidade financeira, gerada para usuários externos e com a finalidade de atender questões fiscais, conforme destaca Iudícibus et al., (2010), e que tomam algumas decisões a partir destes sem o tratamento necessário às questões de gestão interna.

Foi questionado se as empresas tinham um método próprio para chegar ao custo dos produtos e serviços, 22 empresas responderam que sim e apenas uma informou não utilizar de outro método além do contábil para apurar os custos. Também se questionou a respeito da utilização do orçamento de capital. As alternativas em escala de likert retornaram respostas com média 3,7 para a afirmativa de que as empresas fazem este tipo de orçamento.

Por fim buscou-se saber, por meio de questão aberta, como as empresas acompanhavam e controlavam seus fluxos de caixa. As respostas, em síntese, indicam que as

empresas mantêm relatórios gerenciais para essa finalidade, e controlam os fluxos de caixa por meio de relatórios emitidos por sistemas informatizados, por meio de planilhas eletrônicas alimentadas manualmente, e por meio do controle das notas de entradas e pagamentos realizados. Apenas uma empresa declarou não fazer acompanhamento do seu fluxo de caixa.

Para Padoveze (2010) a contabilidade gerencial é um fazer, é ação e não técnicas específicas de contabilidade, para Frezatti, et al. (2009) a contabilidade gerencial pode ou não utilizar-se da mesma base de dados da contabilidade financeira, desta forma, as empresas apresentam elementos de contabilidade gerencial de forma incipiente.

Para as questões concernentes ao desenvolvimento foram propostas afirmativas em escala de likert com o intuito de verificar a existência de redes de relacionamentos, pois segundo Muls (2008) é a partir principalmente das redes de contatos, que as empresas contribuem para o desenvolvimento local, na medida em que tal fator solidifica a entidade.

As empresas afirmam que às vezes buscam auxílio de outros profissionais para planejar, executar atividades ou controlar atividades, questões as quais obtiveram desvios padrões respectivamente de 1,5, 1,4 e 1,5. Sobre o incentivo de funcionários em eventos foi possível observar que as empresas tanto incentivam quanto patrocinam o envolvimento de seus funcionários com cursos e palestras (desvio padrão 1,2 e 1,4). Em eventos promovidos pelo SEBRAE, as empresas demonstram participação, com média de 3,3 e desvio de 1,1. Relacionado à outros eventos ligados a pequenas e médias empresas também há participação com média de 3,2 e desvio de 1,3.

No que refere-se a rede de contato informal, sejam elas familiar ou de amigos para obter orientações e/ou conselhos sobre o desenvolvimento do negócio, as empresas mostraram se beneficiar dessas redes, manifestando média de 3,7 com desvio padrão de 1,2. Das empresas estudadas, verificou-se ainda que 19 são filiadas a sindicatos e 4 não possuem filiação a nenhum tipo de sindicatos. Quanto à filiação a conselhos de classe/profissionais, 9 das empresas são filiadas, 12 das empresas não são filiadas, 2 empresas não responderam a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que de forma geral as empresas situadas em Ponta Porã apresentam variáveis fundamentais ao controle, à contabilidade gerencial e, por conseguinte ao desenvolvimento local. Os elementos de controle e contabilidade gerencial destacados

estão presentes de forma incipiente nas empresas e na medida em que forem fortalecidos pelas mesmas podem consistir em melhorias no comércio local e solidificar o negócio em questão.

O número de empresas estudadas consiste numa limitação da pesquisa, o que impossibilita a generalização dos resultados. Sugere-se que novos projetos de pesquisa sejam desenvolvidos para aprofundar o tema, e acredita-se inclusive que projetos de extensão com tais empresas consistem em ferramental importante para que as mesmas potencializem os elementos de controle, contabilidade e desenvolvimento local já evidenciados.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à UEMS/FUNDECT-MS pela bolsa e apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N. GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. Mc Graw Hill, 2008.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2003.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cezar. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1992.

FREZATTI, Fábio et al. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

IUDÍCIBUS et al, Sérgio de. **Manual de Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**, v. 9, n.1, p. 01-21, jan/abril, 2008.

PADOVEZE, Luiz Clovis. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas, 2010.